EDUCAÇÃO & REALIDADE
20(1):93-105
jan./jun. 1995

A CONTRADIÇÃO DESPREZADA: despolitizando a educação ou educando os políticos?

Zaia Brandão

RESUMO - ***A Contradição Desprezada: despolitizando a educação ou educando os políticos?*** Este artigo, derivado de minha tese de doutorado, é o resultado de uma investigação no campo da História da Educação sobre o significado político-pedagógico do Movimento da Escola Nova no Brasil. Afasta-se tanto da versão de Fernando de Azevedo, sobre o caráter "progressista" do "movimento renovador" (Escola Nova), quanto da versão de Dermeval Saviani sobre o caráter "conservador" do escolanovismo no Brasil. Tomando três autores que se debruçaram sobre as relações entre os intelectuais e a política no Brasil (Miceli, Martins e Pécaut), e com base em textos de Anísio Teixeira, Paschoal Lemme e Fernando de Azevedo (do grupo que participou do referido movimento), desenvolvo uma outra hipótese sobre as relações daqueles educadores com a política, hipótese essa que procura incorporar as ambiguidades dos atores sociais à reconstrução historiográfica no campo da educação.
Palavras-Chave: *educadores e política; movimento da escola nova; intelligentsia educacional*

ABSTRACT - ***The neglected contradiction: depolitizing education or educating the politiciens?*** This article deals with the political significance of an important brazilian educational movement (Movimento da Escola Nova) in the first decades of this century. It states that the two antagonistic historiographic interpretations about this movement — the one produced by Fernando de Azevedo, from the generation of those educators, and the more recent Dermeval Saviani's interpretation, that enphasized the conservative accent of that movement — both derived from a conception of historiography that was unable to deal with the contradictions that are always present in historical events. In my opinion, the educators from the movement above mentionated, had a much more complex relation with the political field: even being very scheptical about the ethic dimension of politicians in general, they tried to teach them why technical apports, and not political interests, were the only guidelines for social policies.
Key-words: *Educators and politics; Escola Nova movement; educational intel*

Luciano Martins, em um ensaio sobre a gênese de uma ***intelligentsia*** brasileira (Martins, 1987), é um bom roteiro para a reflexão sobre as relações entre educação e política nas décadas de 20/30. As indicações de Martins e a pesquisa que desenvolvi sobre a Escola Nova no Brasil (Brandão, 1992) permitiram-me avaliar o lugar central do campo educacional, no âmbito social e político, no momento de constituição da geração dos 1os "profissionais da educação".

O autor, ao desenvolver sua argumentação sobre o surgimento de uma ***intelligentsia***[1] no Brasil na década de 20, recorre amplamente a personagens, instituições e ações que se desenrolavam no campo cultural e educacional[2].

Esse artigo de Martins, o já clássico livro de Miceli (1979), assim como recente trabalho de Pécaut (1990), sobre as relações dos intelectuais com a política, compõem a tríade de pesquisas que apontam na direção das contraditórias relações entre os educadores da geração dos pioneiros e a política. No entanto, a literatura pedagógica que se debruçou, na última década, sobre o Movimento da Escola Nova no Brasil — em que pese sua declarada adesão à matriz marxista — tendeu a desprezar as contradições que atravessaram o pensamento e as ações daqueles educadores, no plano político.

Este artigo propõe uma leitura que, questionando a tese da despolitização da educação (com a tecnificação do campo) ou da repolitização em novos termos (conservadores), reintroduz as contraditórias relações da geração dos educadores Pioneiros com a política.

O campo cultural se expandia rapidamente e, gradativamente, se autonomizava. Os grupos de intelectuais foram se especializando e passaram a substituir a figura do intelectual-diletante do início do século que tratava dos mais variados temas e campos do conhecimento ancorado, exclusivamente, na autoridade conferida pela erudição haurida de sua da cultura geral.

A profissionalização dos "quadros", facilitada pela política de ampliação da burocracia do setor público, provocou mudanças nas relações entre a política e o campo intelectual. Gradativamente, as elites dirigentes passaram a se valer dos pareceres de especialistas para referendarem publicamente suas decisões.

Essa conjuntura abriu a possibilidade de novos atores entrarem na cena política, experimentando e exemplificando uma outra forma de encaminhamento das políticas públicas. As relações entre a política e a técnica, no campo da educação, poderiam portanto expressar um projeto de transformação que englobava a própria educação dos políticos.

Os três autores, ao se afastarem da atribuição de centralidade à área econômica na análise dos movimentos que antecederam e sucederam 30, acabaram por oferecer subsídios valiosos para a compreensão das ambiguidades e contradições presentes nas atividades e representações dos intelectuais no campo da política. Estes estudos se distanciam das versões sobre o caráter "burguês" e "liberal" da Revolução de 30 que, normalmente, estão à base das análises da historiografia da educação brasileira que atribue um caráter conservador ao Movimento da Escola Nova.

Para Martins, a Revolução de 30 não se explicaria a partir de um conflito que oporia os setores agroexportadores aos urbanos-industriais. A oligarquia agrária teria sabido "modernizar-se", e foi em virtude da solidez de seus padrões tradicionais de dominação no plano estadual que esta elite teria desenvolvido um "comportamento moderno" no plano político federal. Martins, por não operar com o setor econômico, nem com o Estado, como blocos monolíticos, pode assinalar a relativa independência entre a esfera estadual e federal que teria tornado possível a limitação da modernização política exclusivamente ao plano federal. Esta característica teria facilitado as mudanças de cima para baixo, ou a "modernização pelo alto", que foi uma característica do processo da administração pública, no período da constituição dos "primeiros profissionais da educação".

Essa conjuntura explicaria, a meu ver, os limites em que se desenvolveram as ações dos educadores. Ao ocupar posições na administração da educação nos âmbitos municipal e estadual, muitos deles enfrentaram as contradições entre as convicções político-liberais e a opção por estratégias de transformação pelo alto.

Entretanto, a desqualificação das "elites dirigentes", que fazia parte do diagnóstico dessa *intelligentsia* sobre a sociedade política, era um dos fundamentos da formação de quadros profissionais especializados. Isso levou a que muitos deles valorizassem a decisão técnica como substituta da política, o que em última análise afastou-os do trabalho de organização da sociedade civil. Esta organização, no entanto, constituiu-se em um dos projetos prioritários de um dos Pioneiros — o professor Paschoal Lemme — como é possível inferir da leitura de suas memórias (Lemme, 1987, 1983).

Apesar de defenderem, explicitamente, uma educação para a construção de uma sociedade democrática, ao assumirem uma posição de distanciamento da política, aqueles educadores encaminharam propostas que, aparentemente, visavam a diluição da política na organização:

> *"...é esse desencanto pela política, na qual a elite intelectual não encontra o seu lugar, que tende a conduzí-la a subordinar a política ao princípio abstrato de organização, antecipando de certa forma a visão tecnocrática de mudança social."* (Martins, op. cit. p.78)

Ao evitarem o engajamento político-partidário, os educadores liberais acabaram tendo o seu trabalho no campo educacional subsumido pela orientação política hegemônica, e foram rapidamente dispersos enquanto grupo, por ocasião do Estado Novo. A independência política que cultivaram, contraditóriamente, tornou-os subordinados às correlações de forças político-partidárias das quais pretendiam se manter distantes. Pécaut, como Martins, assinala os problemas da representação do **político como organização**:

> *"...a 'organização' é a negação da democracia política: recusa tudo que seja divisão política ...recusa a própria política na medida em que, transformando-se em um fim em si mesma, ela se desliga da realidade, consagrando-se às falsas aparências."* (Pécaut, op. cit. p.56)

As representações dos intelectuais sobre a política constituem um tema que merece uma reflexão mais cuidadosa. A interpretação ***a posteriori*** — com base no conhecimento dos resultados — do caráter tecnocrático das ações dos educadores, pode ter o efeito de uma simplificação do significado político das transformações desencadeadas pelo movimento educacional liderado pelos Pioneiros.

As novas elites, que esses educadores pretendiam representar apostavam em outras estratégias de fazer política, quando enfatizaram a técnica como fundamento das decisões no plano da política.

Miceli, analizando as relações dos intelectuais com a política, defende a tese — muito retomada em estudos sobre a questão — de que eles teriam sido cooptados pelo Estado, durante o governo Vargas.

Para o autor, os intelectuais foram coadjuvantes da elite governante no processo de estruturação de um novo tipo de dominação. Com o apoio dos intelectuais, que foram ocupando cargos no interior da burocracia estatal, o governo teria tentado recuperar a face pública do poder político, desgastada pelo período da alternância oligárquica. A tese de Miceli — apesar de muito marcada por uma teoria de Estado — ator-social central no palco histórico — é uma fonte importante de informações e análise das relações do campo cultural com o político.

O mercado de trabalho dos intelectuais ampliara-se significativamente, no período de 1920 a 1945 (cf. Miceli, op. cit. cap 3). O setor editorial também se expandira provocando um verdadeiro *boom* no mercado do livro. A prática anterior, de auto-financiamento das obras pelos autores, diminuiu sensivelmente; ao mesmo tempo cresceu o poder de determinados editores/editoras sobre o mercado consumidor. Segundo Miceli,

> *"a farta distribuição de obras pedagógicas acompanhou de perto os* ***lances de enfrentamento entre as diversas correntes de educadores profissionais*** *que buscavam firmar suas posições diante das reformas empreendidas pelo Estado."* (Miceli, op. cit. p.88)

É interessante assinalar que, aparentemente, na mesma lógica do governo Vargas, uma das grandes editoras da época — Civilização Brasileira — acolhia **católicos** e **pioneiros**. Embora a tese de Miceli e a correspondência de Fernando de Azevedo e Paschoal Lemme forneçam inequívocas indicações da simpatia de Octalles Marcondes Ferreira por Fernado de Azevedo, aquele editor não desprezou a importância política da Igreja, e abriu um espaço em sua editora para veicular as idéias dos educadores católicos. (Amoroso Lima, 1936, cf. contracapa)

Havia à época, como assinala amplamente a literatura especializada, um processo de enfrentamento ideológico e material que colocava os Pioneiros da Escola Nova como alvo das acusações dos católicos e de outros setores conservadores. A defesa que faziam do ensino público significava uma séria ameaça, tanto a certos interesses materiais (perda do mercado no campo da educação), como à hegemonia ideológica da Igreja Católica. O grupo que fundou a ABE começava a se dividir. As fraturas aprofundaram-se no campo da educação e aqueles que haviam alcançado posições de prestígio no interior do aparelho do Estado procuraram neutralizar as posições que poderiam por em risco os cargos e o apoio dos setores com poder político e econômico. Essa teria sido uma das razões porque a reflexão marxista sobre as relações educação e sociedade, encaminhada por Lemme, não encontrou eco no âmbito do pensamento pedagógico erudito.

Há um esboço de um artigo, que Anísio Teixeira não chegou a publicar, onde é possível perceber as aproximações do pensamento liberal em educação em relação às esquerdas:

> *"...A Nação olha a esquerda com simpatia, porque sente que deve ser governada com um espírito de esquerda, isto é, com uma profunda inclinação pela parte mais pobre e mais desherdada do país. (...) Queremos ser políticamente uma democracia liberal, como a Inglaterra ou como a Suissa, e isto não impede que desejemos, simultaneamente, que essa democracia esteja sob um vigilante pensamento de esquerda, para não se fazer conservadora nem reacionária e sim avançada e progressista no sentido de uma gradual emancipaçao da classe pobre e espoliada."* (Teixeira, 1945)

Escrito em 1945, Anísio Teixeira desenvolve no texto também, uma vigorosa crítica à ação das esquerdas em 35 que, com a Aliança Nacional Libertadora à frente, organizara o movimento que desaguara no "*golpe frusto"* que criou as condições para o advento do *golpe "facista vitorioso"* (1937). No entanto, apesar desta crítica este Pioneiro não descartava a legitimidade social e política das posições de esquerda, no encaminhamento das transformações necessárias ao país:

> *"Não tenho dúvidas em admitir que, pouco a pouco, os partidos de esquerda irão crescendo de prestígio no país, até algum dia conquistarem o Poder e introduzir, então, reformas mais radicais na estrutura econômica da nação. Mas isto só se dará se eles souberem conservar-se, no princípio, como partidos de esclarecimento e vigilância, devotando-se a um lento trabalho de pesquisa dos problemas brasileiros e de educação da consciência nacional, para o que estão particularmente aparelhados por não estarem presos nem a preconceitos nem a interesses."* (ibid p. 2)

As memórias de Lemme deixam transparecer uma avaliação semelhante; ele que participou diretamente da estratégia de "lento trabalho de esclarecimento e pesquisa" sob a influência do paradigma marxista, estava convicto de que os quadros de esquerda conquistariam, gradativamente, a confiança da população brasileira e abririam os caminhos para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Os educadores profissionais, recrutados pelo Estado para organizar os sistemas públicos de ensino no Distrito Federal e nas principais capitais do país, vinham tentando conquistar a hegemonia no âmbito do pensamento pedagógico, em competição acirrada com os católicos. Como ocupavam postos de chefia na administração pública, e precisavam dessas posições para levar adiante os seus propósito de reforma social pela "renovação educacional" encontravam-se limitados ideológicamente, entre o descrédito nos princípios da democracia liberal e as acusações dos católicos de estarem subvertendo os valores da "cultura brasileira".

A colaboração com o poder público era inevitavel para que os educadores profissionais realizassem seus desígnios de influir nos rumos da educação pública.

As posições que esses novos quadros técnicos foram ocupando no aparelho estatal, apesar de terem criado uma relação de dependência material e institucional com as classes dirigentes, não diminuiram o menosprezo dos educadores para com elas:

> *"Parece-me fora de dúvida que a cultura da classe dirigente é atualmente mais próxima da cultura da classe dirigida, mas não porque a desta tenha se elevado e difundido muito, mas porque baixou sensivelmente o nível de cultura das camadas dirigentes.*
> *...Se se esforçassem por elevar o nível de cultura das massas, por certo se arriscariam a perder sôbre elas a influência que conseguem exercer, atuando sôbre essa matéria política tão maleável como é a massa instintiva e afetiva."* (Azevedo, 1955, p. 25)

Contraditoriamente, esses educadores tiveram que se aproximar dessas tão desprezadas elites dirigentes. Miceli e Martins constatam a centralidade do campo cultural nesta época, o que os situava cada vez mais no fóco dessas mesmas elites dirigentes, como quadros assessores para políticas específicas;

> *"As iniciativas de "construção institucional" dos grupos dirigentes tornaram* ***o campo regional da produção cultural num dos eixos dominantes da vida intelectual*** *do país, tendo-se firmado uma rede de instâncias de produção, difusão e consagração, cujos padrões de legitimidade perduram até hoje. No entanto, os parâmetros que passaram a nortear o trabalho intelectual parecem indissociáveis do projeto de hegemonia política então formulado pelos grupos dirigentes locais."* (Miceli, op. cit. p. 189)

Uma complexa rede de compromissos e alianças político-ideológicas atravessa o campo educacional. Católicos e integralistas situavam-se, a essa época, preferentemente na periferia do Estado, atuando como forças "antiliberais"; os educadores liberais exerciam cargos de responsabilidade na administração pública e atuavam firmemente na modernização do sistema de ensino público, na perspectiva de um "movimento renovador". Enquanto isso, os católicos, muitos deles também integralistas, fóra do aparelho do Estado criavam o clima anticomunista que alijaria alguns dos principais Pioneiros dos postos de administração pública, na metade da década de 30.

No contexto da hierarquia burocrática, os educadores renovadores desempenhavam um papel claramente contraditório: ao mesmo tempo que empreendiam uma luta pela ampliação e melhoria da rede pública de ensino, na tentativa de democratizar as oportunidades educacionais, acabam colaborando para a concentração de poder nas mãos do Estado.

Uma nova elite — burocrática e técnica — tornara-se uma força social e política capaz de manter uma relativa autonomia, pois tinham o poder de neutralizar a força do poder econômico e político regional do período oligárquico, contribuindo assim, para o fortalecimento do poder central.

Congregar no Estado intelectuais de diferentes extrações ideológicas foi a estratégia de ampliação do consenso político, acionada pelo governo Vargas, que procurou prolongar a indefinição ideológica necessária para viabilizar a construção de um novo Estado (Estado Novo). Essa ausência de nitidez ideológica dos novos dirigentes, certamente influiu na insistência de muitos dos Pioneiros em enfatizar o caráter técnico dos postos que ocuparam no setor público. Aparentemente, era a forma que encontraram para guardar uma posição de distanciamento no plano ideológico-político do governo que os convocara, descomprometendo-se com as posições que viessem a assumir no futuro.

Pécaut assinala as conseqüências da estratégia de neutralidade empreendida pela ***intelligentsia*** na tentativa de conquistar o poder. Desiludidos com a República, que havia permitido a "oligarquização das instituições", os intelectuais se converteram à ação política quando procuraram articular o campo cultural ao político, em um trabalho de recriação institucional que conferiria nova legitimidade ao Estado e às demais instituições sociais degradadas pela política de privilégios.

Eles se imaginavam capazes de recriar a política de forma a colocá-la a serviço do bem comum, único objetivo que legitimava o poder. Isto fica claro em inúmeros textos dos educadores Pioneiros que analisei em minha pesquisa sobre o Movimento da Escola Nova (cf. Brandão, 1992, 2ª parte).

A representação de técnico, ligada à valorização da ciência como o instrumento privilegiado na construção de novo mundo e de entrada para a modernidade, viabilizaria uma outra forma de fazer política. A ciência, ao arbitrar com maior neutralidade, as alternativas em jogo no campo social, fundamentaria a

escolha de caminhos mais adequados para a ação (técnica) dos homens responsáveis pela ordenação da sociedade.

Mas, contraditoriamente, o fortalecimento dos grupos técnicos contribuiu para conferir maior credibilidade ao projeto de organização de um novo Estado, mais centralizado e forte. São freqüentes, à época, as críticas de que o Estado liberal democrático teria características inadequadas à construção da nova nação[3], que precisaria, para se constituir moderna e rica, do modelo de Estado forte que respondesse, pronta e adequadamente, às necessidades de intervenção estatal próprias às economias modernas.

Contrastando com a representação do liberalismo vitorioso, que tem sido o pano de fundo da historiografia sobre o Movimento da Escola Nova no Brasil, a literatura gerada pelas ciências sociais tem assinalado o consenso, nos meios intelectuais da época, a respeito do fracasso da democracia representativa. Referindo-se às críticas de Oliveira Vianna à democracia, Pécaut assinala que

> *"Nem todos os intelectuais romperam de maneira tão gritante com a vertente liberal da história política brasileira. Raros, entretanto, foram os que não constataram sua degenerescência sob a República..."* (ibid, p. 28)

Esse consenso explicaria a cautela da elite intelectual em relação à Revolução de 30 encaminhada pela Aliança Liberal, e as próprias ambiguidades que teriam assinalado as relações dos intelectuais com a política.

Ao início, teriam suposto que 30 representasse apenas uma nova expressão do liberalismo. Os próprios liberais, segundo Pécaut, julgaram ter a República se demonstrado incapaz de formar os quadros necessários à modernização da sociedade. Essa constatação motivou a criação da USP em 34 que, com a derrota paulista diante o novo regime, passou a se dedicar, com grande empenho, a um programa de transformação política, a médio e longo prazo, pela via da formação das "novas elites".

Uma das características da **cultura política** engendrada por essa ***intelligentsia*** era a de firmar a concepção de se constituirem um grupo "socialmente sem vínculos".[4] A reconstrução institucional proposta por esses grupos representaria em última análise *"a intenção de anular a dimensão do político",* no entender de Pécaut.

Essa interpretação, entretanto, não me parece contemplar adequadamente o projeto dos profissionais da educação de transformação da política em uma prática qualificada pela competência técnica dos novos quadros, de formação universitária, que vinham reinvidicando a condição de "novas elites".

O projeto de constução da nação atribuia um papel de destaque para a educação. Os educadores debatiam na ABE os caminhos da educação na construção da nova nação, pois, como outros setores dessa ***intelligentsia*** nascente em 20, tentavam liderar o movimento de organização da sociedade civil.[5] Por mais que gostassem de se abrigar sob o rótulo de técnicos, não havia como se

desembaraçar da feição política inerente às funções que desempenhavam na administração pública, sobretudo em uma conjuntura de reorganização do poder político e de fortalecimento do Estado.

A representação relativamente apolítica da ***intelligentsia* educacional** — que se propunha organizar a educação da futura nação sem vínculos político-partidários — irá explicar a sua própria marginalização das decisões maiores a respeito da sociedade, que o novo governo pretendia manter submissa, disciplinada e controlada, no típico modelo da "modernização pelo alto".

Em meio à multiplicidade de motivações sociais, individuais, técnicas e políticas (no sentido mais amplo de orientação e direção da sociedade) torna-se difícil traçar um quadro nítido das relações desses educadores com a política, para além do reconhecimento das contradições e ambiguidades que marcam as suas práticas neste âmbito, decorrentes, em parte, da crítica que desenvolviam às prática políticas das elites dirigentes de sua época.

Paschoal Lemme, apesar das críticas da valorização da técnica em detrimento da política entre os seus pares, sempre reafirmou o caráter progressista da atuação dos Pioneiros. Luciano Martins parece referendar essa avaliação:

> *"Essa **intelligentsia** brasileira, que parece finalmente constituída, queixa-se das estruturas atrasadas e rígidas do país, mas de modo algum o rejeita para sentir-se "civilizada"; é isolada, mas enraizada. Está profundamente convencida da importância da sua contribuição à transformação das estruturas sociais...*
> *...Em suma, a **intelligentsia** procura atravessar o espelho (europeizado) para "ver" o país — e advogar a mudança. Pois a procura da identidade social passa igualmente pela busca angustiada de uma ponte entre ... renovação cultural e a reforma da sociedade : a ponte entre a **modernidade** e a **modernização** do país."* (Martins, op.cit. p. 79, grifos do autor)

Essa inflexão na visão europeizada ocorre com o suporte modernista (Semana de Arte Moderna) que marca a descoberta da feição nacional da sociedade brasileira. A organização do sistema de ensino é um reclamo dessa ***intelligentsia*** não só pela urgência de incorporar a população brasileira ao processo de construção da nação — como novos cidadãos — mas também como uma forma de ir criando condições de alargamento do mercado cultural.

> *"Mas justamente porque se acredita poder reformar a sociedade pela via da reforma do ensino, diferentes setores da **intelligentsia**, assim como outros interesses, mobilizam-se para controlar a mudança e/ou garantir suas posições nesse espaço cultural que se quer estruturar ou organizar."* (idem, p.80)

A bandeira de uma escola pública para todos, no espírito da laicidade, coeducação e gratuidade, vai encontrar intensa reação no âmbito da Igreja que organizava sua ofensiva contra o grupo pioneiro, a partir do Centro Dom Vital e

da revista "A Ordem". A partir daí foram detonadas clivagens ideológicas profundas que já existiam, em potencial, no interior dessa ***intelligentsia.***

Martins assinala aquelas contradições e ambiguidades da representação que aqueles educadores têm do Estado e de seu papel na vida social:

> *"É evidente a ambiguidade dos reformadores com relação ao Estado ... negam que o monopólio do Estado sobre* ***a escola*** *(por eles preconizado) possa ser considerado como sinônimo de um monopólio sobre a educação (de que são acusados).*
> *...****esse Estado não deve ser um "instrumento dos partidos", mas um Estado capaz derepresentar o "interesse geral"****. Em suma, tudo se passa como se existisse uma sociedade civil forte e organizada"...* (ibid, p. 82, grifos meus)

Têm pois uma visão de Estado responsável, atuante e neutro, que deve manter sua orientação no sentido do interesse geral (de todos) como se os conflitos entre os interesses no interior da sociedade desaparecessem, ou fossem neutralizados pela possibilidade de manter a imparcialidade da ***intelligentsia*** mannheiminiana.

Os argumentos dos educadores em favor da ampliação do Estado — que já haviam demonstrado poder atuar no sentido do interesse público, no campo da educação — contribuiu para o fortalecimento do Estado que iria servir de base para a construção do Estado Novo, autoritário e ditatorial.[6]

A Universidade de São Paulo (1934) e a Universidade do Distrito Federal (1935) expressam as dificuldades dessa ***intelligentsia*** em se mover no campo cultural, por motivos diferentes:

- São Paulo usa seu potencial econômico e a autonomia que a Constituição de 34 garantia aos estados da federação em matéria de ensino para montar o seu projeto de universidade. A contribuição estrangeira, considerada indispensável para garantir o padrão internacional de produção científica, acaba tendo um significado paradoxal, segundo Pécaut: por um lado, ajudou a "manter a autonomia universitária contra os ventos e as marés políticas", mas por outro, acabou afastando a ***intelligentsia*** do "único campo cultural que conseguia estruturar-se e ganhar autonomia frente ao Estado".
- Já a UDF, apesar de ter absorvido a nata da ***intelligentsia*** à época — que se uniu na luta contra a cultura ornamental e a favor da inovação, urdindo um projeto de pensar o país real e de formar os quadros necessários à construção de uma nação datada e enraizada — pela proximidade do poder central, não conseguiu firmar a sua autonomia e acabou sendo fechada em 1938, em conseqüência da repressão generalizada que se instalou a pretexto do golpe de 35.

> *...a autonomia no campo cultural torna-se letra morta : ele é invadido pelo autoritarismo e, depois, será marcado pelo paternalismo do Estado.*
> *...apagam-se as fronteiras entre o campo cultural e o Estado. Isso não ocorre*

sem conflitos, dúvidas e dilacerações entre os membros da ***intelligentsia; eles sabem que não são mais mestres de suas relações com a política****, e que essa identidade social tão procurada depende então, de algum modo, de seu reconhecimento pelo Estado.* (Martins, op. cit. p. 84, grifos meus)

Essa ***intelligentsia,*** que se constituiu a partir de 20 no contexto de um movimento em prol da renovação em todas as áreas (política, econômica e cultural), acabou por fracassar no momento de estruturar um campo cultural, a partir do qual poderia definir as suas relações com a política, na avaliação de Martins.

Ela, que ao início estava trabalhando vigorosamente no sentido de organizar a sociedade civil, mostrou-se incapaz de manter a sua autonomia em relação ao Estado. A cooptação (Miceli) e absorção (Martins) dessa ***intelligentsia*** pelo Estado, a partir de 30, intensifica-se com o Estado Novo, que acaba por abortar o movimento de constituição da sociedade civil.

Uma das conseqüências dessa interrupção — além do isolamento dessa ***intelligentsia*** em relação ao corpo social — foi a de se encontrar sozinha diante do Estado, uma vez que o seu discurso e ação não se respaldaram na densidade conferida por uma vontade social (sociedade civil).

Martins conclui que, apesar dessa ***intelligentsia*** de ter nascido no contexto de profunda mobilização em torno de um projeto para a construção da nova sociedade brasileira, mostrou-se incapaz de liderar o movimento de estruturação do Estado e do poder público no sentido dessa construção.

"Se a questão da "missão social" preocupa mais o intelectual latino-americano do que a função crítica da inteligência — ... — é porque, através desta missão, que ele se atribue, ele busca sua própria identidade : numa situação em que sua própria condição de intelectual o aliena da sociedade.
...O que é interessante no caso dessa ***intelligentsia*** *brasileira é que ela é dotada do sentido de missão e, ao mesmo tempo, desprovida de utopia."(ibid, p. 85)*

Essa questão, entretanto, mereceria um maior aprofundamento; pois se tomarmos o sentido mannheiminiano de utopia, "ser desprovida de utopia" significaria não ter projeto de transformação social, ou seja, aceitar o *status quo*. Estaria assim, o autor, atribuindo um caráter conservador a essa ***intelligentsia*** que, na tentativa (frustrada) de se liberar da ideologia, acabou se afastando dos setores dessa sociedade que se mobilizavam intensamente, desde o início da República, em torno de múltiplos projetos de organização da sociedade brasileira.

Deste ponto de vista, a avaliação de Martins é apenas parcialmente procedente; os educadores **tinham** um **projeto de reformar a sociedade pela educação**. De fato, tal projeto carecia, para muitos deles, de contornos mais específicos a respeito da sociedade que pretendiam construir; delineavam entretanto, mesmo que de modo idealizado, uma **sociedade moderna, rica, de bem estar social**, **com liberdade política**, **com oportunidades sociais de**

educação e saúde para todos, e que se organizasse enquanto uma **hierarquia de capacidades** que contemplasse, ao mesmo tempo, as **diferenças individuais** e a **hierarquia de ocupações** necessárias à "divisão do trabalho social"[7] das sociedades complexas.

Como a educação era vista como a chave da mudança social, pareciam supor que os cidadãos educados liderados pelas **novas elites** construiriam a nova sociedade brasileira que, entrando em compasso com a **modernidade** não perderia a marca da "brasilinidade", pois, como o próprio Martins afirma, essa ***intelligentsia*** pode ter-se isolado do conjunto da sociedade, mas continuou **enraizada** na sociedade brasileira.

As versões da historiografia mais recente sobre o movimento renovador, ao desprezarem as contradições das ações daqueles educadores no plano político, foram incapazes de contemplar um dos objetivos fundamentais desse grupo de educadores: o de empreender a própria educação política dos políticos.

Notas

1. O conceito de **intelligentsia**, utilizado por esses autores, tem como núcleo a compreensão do intelectual como ator político coletivo.
2. É o caso da correspondência de Anísio Teixeira e Monteiro Lobato, as referências a constituição da USP e UDF, e as referências à ABE e ao papel atribuido à educação na formação da sociedade brasileira.
3. O liberalismo seria responsável pelo afrouxamento dos costumes e das tradições, pela lógica individualista incompatível com a construção de um sentimento nacional, e pela crise de autoridade responsável pela desordem social, tão comum na Primeira República.
4. na perspectiva mannheimiana e weberiana.
5. *"Faz muito sentido a interpretação que situa o fenômeno da **intelligentsia** como o precursor ou o anunciador de uma sociedade civil em gestação".* (Martins, op.cit. p. 70.)
6. Ver a respeito do tema, Aspásia Camargo *et alli, O Golpe Silencioso (As origens da república corporativa)*, Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed. 1989.
   Consultar ainda, sobre o papel dos educadores na conjuntura de 30:
   Maria Helena Capelato. *Os Arautos do Liberalismo*, São Paulo: Brasiliense, 1989, especialmente cap. 3.
   Lúcia Lippi de Oliveira. A questão nacional na Primeira República, São Paulo: Brasiliense, 1990.
7. A expressão visa enfatizar o sentido durkheimniano da divisão do trabalho como uma "necessidade natural" das sociedades complexas (modernas), em oposição ao conceito marxista de divisão social do trabalho que enfatiza a **produção social da desigualdade** no modo de produção capitalista.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Zaia. *A 'Intelligentsia' Educacional: um percurso com Paschoal Lemme por entre as Memórias e as Histórias da Escola Nova no Brasil.* Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, Departamento de Educação, PUC-RJ,. 1992

MARTINS, Luciano. A gênese de uma Intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil de 1920 a 1940. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (4) vol. 2, junho de 1987

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920 1945)*, São Paulo: 1979.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a Política no Brasil, Entre o povo e a nação.* São Paulo: Ática, 1990.

Este texto foi elaborado a partir da terceira parte de minha tese de doutorado: *A Intelligentsia Educacional. Um percurso com Paschoal Lemme por entre as histórias e as memórias da Escola Nova no Brasil.*

Zaia Brandão é professora do Departamento de Educação da PUC/RJ

Endereço para correspondência:
Rua Clarice Lispector, 159
22.753-180 - Rio de Janeiro -RJ